



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 1
jan-abr.2024
p. 06-20

Além dos binarismos: a não binariedade como potência subversiva

(Más allá de los binarismos: la no binariedad como potencia subversiva)

(Beyond Binaries: Non-Binarism as Subversive Power)

Mariana Ferreira Pombo¹

RESUMO: Este artigo pretende, inicialmente, analisar criticamente o paradigma da diferença sexual, já em crise, como defende Paul B. Preciado, denunciando seus efeitos violentos sobre os sujeitos que não se adequam em suas categorias binárias. Em seguida, almeja se debruçar sobre a não binariedade, positivando sua potência subversiva tanto do ponto de vista individual, no sentido da possibilidade de novos devires e trilhamentos subjetivos, como do ponto de vista político, no sentido da transformação do regime de inteligibilidade social dos corpos.

PALAVRAS-CHAVE: diferença sexual; binarismo; transidentidades; não binariedade; teoria *queer*.

Abstract: This article aims to critically analyze the paradigm of sexual difference, which is already in crisis, as advocated by Paul B. Preciado, denouncing its violent effects on individuals who do not fit into its binary categories. Subsequently, it seeks to delve into non-binarism, highlighting its subversive power from both an individual perspective, in terms of the possibility of new becomings and subjective pathways, and a political perspective, in terms of transforming the social regime of intelligibility concerning bodies.

Keywords: sexual difference; binarism; transidentities; non-binarism; *queer* theory.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar críticamente el paradigma de la diferencia sexual, que se encuentra en crisis, como sostiene Paul B. Preciado, denunciando sus efectos violentos sobre aquellos sujetos que no se ajustan a sus categorías binarias. A continuación, se propone examinar la no binariedad, destacando su potencia subversiva tanto desde una perspectiva individual, en términos de la posibilidad de nuevos devenires y trayectorias subjetivas, como desde una perspectiva política, en términos de la transformación del régimen de inteligibilidad social de los cuerpos.

Palabras clave: diferencia sexual; binarismo; transidentidades; no binariedad; teoría *queer*.

¹ Docente no departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: marifpombo@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 02/06/2023
Aceito em 24/07/2023

1 Introdução

“Não quero ser menina. Também não quero ser menino. Tudo o que eu quero é ser eu” (Kobabe, 2023, p. 71). Essas são anotações do diário de Maia Kobabe, quando, aos 15 anos, tentava entender seu gênero, hoje definido como não binário. Sua autobiografia não binária, intitulada *Gênero queer: memórias*, é uma narração muito sensível e sincera, em formato de HQ, de sua transição de gênero, com dúvidas, angústias, experimentações e descobertas, desde a infância até a vida adulta. O livro, publicado originalmente nos Estados Unidos em 2019 (e recém-traduzido para o português, em 2023), embora tenha recebido dois importantes prêmios, foi banido de bibliotecas escolares de várias escolas americanas, devido ao argumento de políticos conservadores de que seu conteúdo seria inadequado e pornográfico (Jeha, 2022).

No Brasil, a não binariedade também tem suscitado reações bastante conservadoras, o que fica evidente na informação de que, nos últimos quatro anos, 58 projetos de leis tentaram proibir no país o uso da linguagem neutra – “uma estratégia linguística de pessoas trans para tornar a comunicação mais inclusiva e acolhedora para quem não se adequa no binarismo masculino e feminino” (Azevedo, 2023, p. 12) – em escolas e documentos oficiais, e um deles de fato virou lei, em Rondônia, em 2021, ainda que tenha sido revogada no mesmo ano (Azevedo, 2023).

Por outro lado, indo na contramão dessa onda reacionária, desde o início de 2022, o projeto Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro tem possibilitado a pessoas não binárias mudarem o gênero para “não binário” em suas certidões de nascimento (Gênero [...], 2022). Essa postura ambivalente, de exclusão x acolhimento, em relação à não binariedade (e às minorias sexuais e de gênero, de modo mais geral) parece ilustrar o que Preciado diz sobre o Brasil, em entrevista recente à Folha de São Paulo (Deluca; Passos, 2021): temos um dos regimes neopatriarcais e neocoloniais mais hiperbólicos do mundo, mas também alguns dos movimentos de resistência mais interessantes.

Nesse contexto, torna-se fundamental, portanto, que nos debruçemos sobre a não binariedade, abordando tanto o sistema hegemônico de sexo e gênero e os efeitos violentos sobre os sujeitos que não se encaixam em suas categorias binárias, como as subversões e transformações desse mesmo sistema, performadas pelas pessoas trans e não binárias.

2 Gênero, sexo, binarismos e violências

“Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2013,



p. 25). Esta citação condensa um importante passo que a teoria *queer* dá no campo dos estudos feministas e de gênero, ao sustentar que, não só o gênero, mas também o sexo é uma construção social. Ou ainda, ao mostrar que o gênero é uma produção discursiva que faz do sexo algo “natural” e o coloca em um lugar pré-discursivo, anterior à cultura.

Em *Problemas de gênero*, Judith Butler (2013) rompe, portanto, com a ordem temporal constituída por “primeiro o sexo, depois o gênero”, quando entende o gênero como o aparato de construção social que estabelece o próprio binarismo dos sexos como categoria natural. Ou, dito de modo inverso, a diferença binária entre os sexos é efeito, o produto discursivo, das normas de gênero.

Para chegar ao argumento de que o sexo, ou a diferença sexual, é uma construção, Butler realiza uma crítica ao conceito de gênero com o qual algumas teóricas feministas trabalham, segundo o qual o gênero seria a construção (variável) do sexo (fixo) e não se limitaria ao binarismo sexual. Poderia haver uma ampla gama de gêneros, mais que duas maneiras de interpretar e atribuir significado ao corpo sexuado, compreendido como binário.

É a essa suposição de um binarismo natural do sexo sobre o qual o gênero atuaria que Butler se contrapõe. Sua crítica incide sobre a dicotomia que esse tipo de discurso feminista estabelece entre sexo, tido como atributo necessário e imutável que qualifica o humano, e gênero, adquirido e construído. A autora explica que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza e argumenta que o próprio sexo é já uma construção social.

Em *Corpos que importam*, Butler (2019) ratifica seu argumento, defendendo que a categoria de sexo é, desde o começo, normativa, isto é, o sexo funciona como norma, produzindo, demarcando e diferenciando os corpos que governa. Desse modo, o sexo se assemelha a uma ficção, uma fantasia, uma premissa artificial, que é retroativamente instalada em um lugar pré-discursivo. Não há um sexo dado, exterior à construção social, sobre o qual o gênero poderia atuar.

A colocação, por Butler, do corpo e do sexo como demarcados no discurso é importante, porque comporta uma dimensão política: denuncia a produção, por essa demarcação discursiva, de um âmbito do sexo excluído e não legitimado. A autora está preocupada com o fato de que só alguns corpos materializam as normas e, portanto, são tidos como corpos que importam, enquanto outros não chegam a materializá-las e acabam na categoria de corpos não viáveis, abjetos. Isto é, a produção do binarismo sexual, circunscreve, de modo repetido e violento, um campo de inteligibilidade cultural.

Em *Deshacer el género*, Butler (2012) se debruça sobre o que acontece quando certos corpos



não correspondem às expectativas das normas e não se ajustam à coerência binária produzida social e contingentemente: não são considerados como verdadeiros ou legítimos, são colocados em zonas de abjeção e precarização e recebem o que a autora denomina de “punições sociais”.

Se as normas são contingentes, ou seja, não têm *status* ontológico independente, elas só persistem como normas porque estão incorporadas nos atores sociais e são performadas, reidealizadas e reinstituídas nos rituais sociais diários da vida corporal. Embora as normas possam ser explícitas, frequentemente se conservam como implícitas, difíceis de ler, e são mais facilmente notadas pelos efeitos dramáticos que produzem sobre aqueles que não se enquadram nelas. Desse modo, as configurações e as permutações de gênero que não se ajustam ao binário sofrem as consequências, sobretudo os custos, físicos e psíquicos, desse não enquadre, que envolvem desde a patologização pela medicina até a discriminação e a violência, na família, no trabalho, na rua e em outros ambientes públicos.

Nesse sentido, Butler (2012) critica que uma pessoa só tenha a qualidade de pessoa reconhecida quando expressa, no corpo, as normas de gênero hegemônicas. Se uma pessoa não manifesta o ideal postulado pela norma binária, é categorizada no domínio da “aberração” e da “anormalidade”, e as instituições e práticas sociais logo agem para “corrigi-la” e “readequá-la” ao regime de inteligibilidade forçada.

É o que acontece, por exemplo, com crianças intersexo, que os médicos se apressam em submeter ao “bisturi da norma” (Butler, 2012, p. 84, tradução nossa) com o argumento de que seus corpos e genitálias ambíguos precisariam ser “consertados” para se encaixarem e “conquistarem” a “normalidade”. Essa postura médica e a brutalidade das supostas “correções cirúrgicas”, feitas sem a escolha ou o consentimento da criança, já vêm sendo denunciadas pelo próprio movimento intersexo, que questiona por que o ideal binário de gênero ainda é mantido na sociedade, se uma porcentagem significativa de crianças tem cromossomos diversos e se esse binarismo não é requisito ao desenvolvimento humano².

Para Butler, a existência de pessoas que vivem nos interstícios da relação binária entre os sexos e gêneros é uma evidência de que o binarismo não é necessário. O desafio, na opinião da filósofa, é imaginar um mundo em que indivíduos com atributos genitais mistos possam ser

2 Para uma abordagem interessante e delicada sobre o assunto, ver o filme argentino *XXY* (2007), de Lucía Puenzo. Partindo aqui da ideia de Teresa de Lauretis (2019) de que o cinema é uma tecnologia de gênero, entendo que uma narrativa fílmica não só traduz certas representações do sistema de sexo e gênero de nossa cultura, como também, ao interpelar o espectador e despertar identificações, participa da construção desse sistema, podendo, portanto, contribuir para que ressignificações e deslocamentos das representações e das próprias relações sociais se deem. *XXY* aborda os conflitos de Alex, adolescente intersexo às voltas com as ambiguidades tanto do seu corpo como de seus desejos e, ainda, sob a pressão de lidar com as expectativas dos pais, o projeto normalizador da medicina e o preconceito e a violência dos jovens do vilarejo onde mora. Indo na direção contrária do pensamento normativo binário, o filme aposta na singularidade de Alex, que, quando o pai, muito sensível ao seu sofrimento, diz que cuidará dela(e) até ela(e) poder escolher (se quer ser mulher ou homem, hétero ou homossexual), responde: “e se não houver nada para escolher?”.



aceitos, sem a necessidade de serem transformados em versões mais coerentes ou mais normativas do gênero.

Também com as pessoas trans ocorre essa tentativa de reenquadre dos corpos pela medicina, resultando na sua patologização. Na quinta edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), de 2013, a transexualidade é definida como disforia de gênero. Na última edição do CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), de 2018, houve a migração da transexualidade da categoria de transtornos de identidade de gênero (que pertencia ao capítulo dos transtornos de personalidade e comportamento) para a de incongruência de gênero (dentro do capítulo de condições relacionadas à saúde). Embora se considere essa mudança como um avanço no sentido da despatologização e da desestigmatização das transidentidades, os saberes e as práticas médicas patologizantes das pessoas trans ainda são, infelizmente, bastante presentes em nossa cultura.

Sobre esse aspecto, a denúncia de Butler (2012) é a de que, embora possa funcionar de muitas formas, o diagnóstico é também um instrumento transfóbico, de patologização, que viola a vontade de grande parte da juventude *queer* e trans. Ser diagnosticado com disforia de gênero significa ser considerado como doente, anormal e mau e, ainda, sofrer estigmatização – significa, portanto, adentrar na zona de abjeção. Para alguns indivíduos trans, segundo a filósofa, a força da patologização pode ser debilitadora e até levar à morte e ao suicídio.

O que Butler aponta criticamente, então, é que o bisturi e o diagnóstico médicos assumem que certas normas de gênero não foram encarnadas do modo adequado e que alguns sujeitos são vitrine de erros e de fracassos dessas normas, necessitando de reparos (como terapêuticos, medicamentosos e cirúrgicos). Patologiza-se, assim, qualquer tentativa de “fazer o gênero” que não se conforme às normas já existentes – ou à fantasia dominante de quais sejam essas normas.

Mas o diagnóstico não indaga se há um problema com as normas de gênero que pressupõe como fixas e imutáveis, nem se estas normas produzem angústia e incômodo, nem se impedem a própria capacidade de funcionar, nem se geram sofrimento para alguém ou para muita gente (Butler, 2012, p. 141, tradução nossa).

Além disso, com linguagem de correção, adaptação e normalização, esse dispositivo pressupõe que o gênero é um fenômeno permanente, com uma forma mais ou menos definitiva ao longo do tempo, não levando em conta a multiplicidade de arranjos e de correlações possíveis entre sexo, identidade de gênero e desejo – “os cruzamentos *queer*” (Butler, 2012, p. 119, tradução nossa), como define a autora.

Berenice Bento (2012) também critica o reforço da diferença sexual e dos estereótipos de gênero realizado pela medicina ao estabelecer critérios de definição da “transexualidade”. Ao



analisar como o DSM-IV caracteriza o “transtorno da identidade de gênero” na infância, por exemplo, a socióloga percebe que o manual “alerta” para a possível patologia de crianças que têm preferência por roupas, atividades ou brincadeiras “tradicionalmente” atribuídas ao gênero oposto (meninos que se interessam mais por casinha e Barbie que por carrinhos e caminhões; e meninas que usam “roupas de menino”, cabelo curto, gostam de super-heróis, como Batman e Super-Homem).

O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros. Não existe um só átomo de neutralidade. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros prisioneiros à diferença sexual (Bento, 2012, p. 87).

Patricia Porchat (2014) também nos chama a atenção para os efeitos complexos da existência de uma entidade nosológica psiquiátrica a categorizar as experiências trans, a definir critérios para a sua identificação e tratamento. Se, por um lado, as pessoas trans encontram um lugar na saúde e têm acesso a práticas médicas que podem responder ao seu sofrimento, por outro, delimitam-se quem são os “verdadeiros transexuais”, desqualificando-se as experiências pessoais em relação a sexo e gênero que não se enquadram nos padrões (binários) estabelecidos, que acabam também excluídas dos cuidados oferecidos pelos sistemas de saúde.

Paul B. Preciado (2020) endossa a crítica à normalização das crianças intersexo e à patologização das pessoas trans, colocadas em prática pela psiquiatria e, também, pela psicologia e, sobretudo, pela psicanálise, sua maior interlocutora. Dirigindo-se aos psicanalistas na condição de “monstro”, o autor denuncia que, ao ainda dar sentido aos processos de subjetivação de acordo com a “jaula” binária da diferença sexual, a psicanálise acaba aprisionando pessoas como ele em outra jaula, a da monstrosidade.

Se as normas são tanto a heterossexualidade como a divisão binária do sexo e do gênero, as sexualidades não heterossexuais, os processos de transição de gênero e as identificações de gênero não binárias acabam colocadas na categoria de doença. Preciado se apresenta como homem trans, corpo não binário, dissidente do regime da diferença sexual, e critica que vários psicanalistas o diagnostiquem (e, também, o corpo trans, de modo geral) como sujeito de “metamorfose impossível”, psicótico, incapaz de resolver bem o Édipo ou tendo sucumbido à inveja do pênis. Critica, ainda, que se empenhem em encontrar, na infância desses sujeitos, sinais da “doença” ou dos “traumas” que teriam desencadeado a “doença”.

O filósofo também se posiciona em relação ao modo como o processo de transição de gênero é construído pelos discursos médico e psicanalítico: uma mutação difícil e perigosa, definitiva e irreversível, que poucos poderiam percorrer. Segundo Preciado, o que é perigoso não é o processo



de transição, mas, sim, o regime da diferença sexual, que ameaça punir quem tenta atravessar as fronteiras rígidas entre os sexos que o regime em si institui. Além disso, o autor diz que esse processo pode ser mais fácil que certas experiências normativas, consideradas como desejáveis ou como obrigatórias pelo discurso dominante: frequentar a escola diariamente durante a infância e a adolescência, um casamento monogâmico ou ser feliz na cultura do consumo. Sobre a crença de que a transição seria um processo unidirecional, Preciado a vê como consequência equivocada do pensamento binário, uma mentira normativa contada pela psiquiatria e a psicanálise, que seriam incapazes de acolher trânsitos, idas e vindas entre um suposto ponto de partida e um suposto ponto de chegada.

3 Problematizando e desconstruindo binarismos

Preciado (2018, 2020) defende que a epistemologia (binária e hierárquica) da diferença sexual, baseada no imperativo da reprodução heterossexual, está em crise e em mutação desde os anos 1950. O ganho pelas mulheres de novo agenciamento político sobre seu poder reprodutivo, a transformação da designação do sexo de nascimento das pessoas trans, as novas técnicas para leituras de diferenças genéticas, cromossômicas, endocrinológicas apontando para uma variabilidade de corpos e desejos, os novos movimentos feministas e *queer* que produzem saber sobre si mesmos e operam deslocamentos decisivos – tudo isso denuncia que o quadro epistemológico do dimorfismo sexual está ultrapassado, insuficiente, sem sentido.

Ainda de acordo com Preciado (2020), uma crise epistêmica se dá quando os problemas que a epistemologia em vigor cria são mais numerosos do que os que ela resolve. Se questões novas se impõem e revelam a insuficiência de um dispositivo para respondê-las, é sinal de que este está ultrapassado e precisa ser substituído. Se a mudança de gênero e a identificação como pessoa não binária já são legalmente possíveis em vários lugares do mundo, se a reprodução e a procriação já podem ocorrer a partir de muitas novas técnicas, com crianças nascendo em famílias não binárias e não heterossexuais, não faz mais sentido a insistência na universalidade da diferença sexual, na heterossexualidade como única sexualidade normal, nem em caracterizações patriarcais da paternidade e biopolíticas da maternidade.

A constatação de uma epistemologia em crise poderia já ter conduzido à criação coletiva de uma nova epistemologia, não binária, multiforme, para a compreensão dos corpos e desejos, mas não foi isso que aconteceu, por enquanto. Pelo contrário, segundo o filósofo, houve um reforço hiperbólico da epistemologia abalada: os discursos políticos, biológicos e médicos, com o suporte dos avanços biotecnológicos e farmacêuticos, se esforçaram para (re)construir, técnica



e artificialmente, a diferença sexual. Os discursos e as intervenções médicas em relação à “intersexualidade” e à “transexualidade”, que visam à manutenção, a qualquer custo, do binarismo sexual dos corpos, são exemplos de “medidas desesperadas (e violentas)” (Preciado, 2018, p. 113) para lidar com a crise epistêmica.

Ainda assim, Preciado (2020) entende que os movimentos transfeministas, *queer* e antirracistas, bem como as novas práticas de filiação, relações amorosas, identificações de gênero, desejo e nomeação, que marcam a cultura contemporânea, são reveladores também de experimentações no processo de construção coletiva de uma nova epistemologia. Sua aposta é a de que provavelmente, nos próximos dez ou vinte anos, teremos uma nova gramática, não binária, que substitua o paradigma da diferença sexual em crise. Por isso, segundo o autor, vivemos em um momento de importância histórica sem precedentes.

Para aqueles que têm dificuldade em vislumbrar, no futuro, um mundo organizado a partir de uma epistemologia não binária, vale lembrar que o paradigma da diferença sexual não é universal, ahistórico; ele foi, ao contrário, historicamente construído no século XVIII e, antes dele, imperava um outro regime, o modelo do sexo único, ou carne única, como bem descreve Thomas Laqueur (2001) em *Inventando o sexo*.

O argumento de Laqueur é o de que até o final do século XVII o sexo ainda não existia como categoria ontológica. Ele foi só inventado, como novo fundamento para o gênero, no século XVIII. Se a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, como defende Michel Foucault (2013), a diferença sexual também pode ser pensada como dispositivo, como regime epistemológico histórico, que surge na modernidade.

O modelo do sexo único, em vigor da antiguidade à modernidade, pressupõe que os dois gêneros, masculino e feminino, correspondem a um único sexo. “Ser mulher” ou “ser homem” significa, nessa epistemologia, assumir um papel ou posição social, e não ser organicamente de um, ou outro, de dois sexos. Nesse modelo, de acordo com uma paridade topográfica entre os corpos feminino e masculino, o útero corresponde ao escroto; os ovários, aos testículos; e a vagina, ao pênis.

Galeno, anatomista do século II, desenvolveu, baseado na teoria das quatro causas de Aristóteles, o modelo dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, defendendo que as mulheres são essencialmente homens. O que acontece a elas (e que justifica a retenção interna das estruturas que nos homens são visíveis na parte externa) é a falta de calor vital. Vale ressaltar que, no regime do sexo único, o corpo masculino é considerado como o modelo, perfeito; e o feminino, sua versão invertida, imperfeita, com os mesmos órgãos, mas nos lugares “errados”.



No paradigma do sexo único, mulher e homem se diferenciam, então, conforme a presença ou a ausência do humor quente nos corpos. No homem, o humor quente está presente e determina a projeção da genitália no espaço exterior. Na mulher, o mesmo humor está ausente, causando a invaginação da genitália no espaço interior do corpo. Como o sexo é considerado único, há a possibilidade de uma mulher se transformar em homem: caso o calor se torne mais forte no seu corpo, a genitália pode ser projetada para fora. Já o processo inverso, o da passagem de homem a mulher, não é possível, visto que a versão perfeita do sexo, próxima do divino, não poderia se transformar na correspondente versão imperfeita.

Desse modo, fica evidente como ainda não havia, naquela época histórica, as condições de possibilidade para a emergência da categoria de diferença sexual, que pressupõe a existência de dois sexos absolutamente diferentes e separados um do outro. Colocando em termos foucaultianos, a questão do sexo verdadeiro ainda não se impunha no mundo do sexo único. Ainda não era necessária uma linguagem que distinguisse os órgãos sexuais masculinos dos femininos. Para exemplificar e mostrar o contraponto, Laqueur (2001) fala das pessoas nomeadas na época como hermafroditas, para quem a questão não era a de descobrir a que sexo pertenciam de fato, mas a que gênero mais se ajustavam. A realidade do corpo importava menos que a manutenção das fronteiras sociais, já que uma mulher não era considerada como merecedora de ocupar o lugar social do homem e poderia ser punida, caso tentasse se passar por homem.

Foi apenas no século XVIII que a diferença entre os sexos viria a ser inventada tal como a temos hoje em nosso imaginário social: a existência de dois sexos estáveis, incomensuráveis, opostos e complementares. Na perspectiva de Laqueur (2001), a mudança se deu quando os costumes, ou a ordem transcendental e divina, se tornaram justificativas cada vez menos plausíveis para as relações hierárquicas entre os gêneros. Vale lembrar que, ao longo do século XVIII, as exigências de igualdade de direitos dos cidadãos formadas pela Revolução Francesa se propagaram, colocando em questão a hierarquia do homem sobre a mulher.

Foram criadas, assim, as condições de possibilidade para o declínio do modelo do sexo único e para a construção do discurso da diferença sexual. O campo de batalha do gênero veio a se alterar, então, para a natureza, a biologia. Uma anatomia sexual distinta passou a ser citada para legitimar a diferença de papéis de gênero, a subordinação da mulher ao homem, e a exclusão da mulher da vida política, econômica e cultural, em um contexto pós-revolução, que apontava justamente na direção contrária, para a abertura a novas possibilidades para a mulher, a família e as relações. Ou seja, o discurso da diferença sexual recorre à biologia, para sustentar que as mulheres não estão aptas aos avanços em curso ou aos que elas próprias reivindicam – lembremos, por



exemplo, que na Inglaterra, na década de 1870, acontecia o movimento feminino pelo sufrágio.

Desse modo, se no modelo do sexo único as mulheres eram entendidas como versões inferiores dos homens, no modelo dos dois sexos, elas passam a ser vistas como diferentes, mas continuam no lugar de inferioridade. Ou ainda, as diferenças nos órgãos e sistemas reprodutivos passam a determinar todas as outras diferenças. “O ventre, que era uma espécie de falo negativo, passou a ser o útero – um órgão cujas fibras, nervos e vascularização ofereciam uma explicação e uma justificativa naturalista para a condição social da mulher” (Laqueur, 2001, p. 191-192).

Isto é, nesse modelo de dimorfismo radical, o útero predisporia naturalmente a mulher à domesticidade; e a menstruação e as oscilações hormonais seriam limitações corporais à participação feminina em atividades públicas e em trabalhos que demandassem muita energia, mental e física. Chega-se a um modelo sexual, portanto, no qual os sexos se discriminam de modo definitivo e irreversível, sendo impossível a transformação de um no outro.

Laqueur vai contra a explicação da mudança de paradigma apenas a partir do progresso da medicina e de suas descobertas, já que o próprio entendimento da anatomia dos corpos é entendido por ele como uma construção social. O argumento do autor, em última instância, é o de que o regime da diferença sexual foi criado apesar de, e não em razão de, novas descobertas.

Dois sexos não são a consequência necessária e natural da diferença corporal. Nem tampouco o sexo único. As formas com que a diferença sexual eram imaginadas no passado são muito desassociadas do que era realmente conhecido sobre essa ou aquela parte da anatomia, esse ou aquele processo fisiológico, e derivam das exigências retóricas do momento (Laqueur, 2001, p. 288).

Então, cabe o questionamento: por que, em dada cultura, certas representações do corpo se apresentam como ideais, conquistam o lugar de produção de verdade, e não outras? E ainda: se o paradigma da diferença sexual não é uma categoria universal e surgiu na modernidade justamente com a crise de outro paradigma, o do sexo único, por que não poderíamos conceber, então, outra mudança de paradigma nos próximos anos, sobretudo se já presenciamos a crise do atual, como defende Paul B. Preciado?

4 A não binariedade como potência subversiva

Pelo que vimos até aqui, continuar insistindo em descrever e dar sentido às mais variadas expressões e identificações de gênero a partir da epistemologia binária e heterocentrada da diferença sexual tem efeitos limitadores e desvitalizantes para a população LGBTQIA+. Não estariam as ambivalências, os conflitos, os trânsitos da sexualidade e do gênero sendo impedidos de manifestação e enunciação devido à imposição da necessidade de uma narrativa que recorra a



termos e nomes tidos como “coerentes”, marcados pela binariedade?

As normas de gênero podem funcionar como ideais identificatórios praticamente inalcançáveis (do que é uma mulher e o que é um homem) diante dos quais a frustração também parece quase inevitável. A *rapper* travesti Jup do Bairro, conta, por exemplo, em entrevista a Alex Fernandes e a Chico Felitti (2020), que se sentia frustrada quando, no começo de sua transição, tinha como ideal uma “extrema passabilidade” e achava que não o atingiria, devido à voz grave e à quantidade grande de pelos no corpo. A autoidentificação como “travesti”, e não como “transexual”, parece que foi apaziguadora para a artista, permitindo uma abertura às contradições do seu corpo e um entendimento da transição como um processo também em aberto. E esse processo pode incluir, ou não, intervenções corporais no futuro, conforme o desejo da própria Jup do Bairro varie ao longo do tempo.

Em *Testo Junkie*, Preciado (2018), ao descrever sua própria transição de gênero, nos convida a entender as transidentidades como exercício transformativo e que transicionar não implica manter-se necessariamente no marco binário do gênero. Seguindo a proposta de fazer do próprio corpo um campo de batalha política, já presente em seu manifesto contrassexual, o autor nos descreve a autoaplicação de testosterona em gel ao longo de 236 dias (e que hoje continua sob outras formas), entendida como uma prática política de autointoxicação voluntária, necessária para a demarcação de novas fronteiras de inteligibilidade cultural.

A autoaplicação política de testosterona de Preciado se insere perfeitamente na proposta *queer* de se reapropriar, crítica e diferencialmente, das técnicas de produção de subjetividade, compreendendo que, onde há sujeição e repetição, há também resistência e deslocamento. Recusando o diagnóstico de disfórico de gênero dado pela psiquiatria às pessoas trans, ele se diz “pirata” ou “*hacker* de gênero” (2018, p. 59), um usuário *copy-left* de testosterona, que entende que o uso de hormônios não deve ser controlado nem pelo Estado nem pelas companhias farmacêuticas.

Ou seja, Preciado se aproveita de uma biotecnologia contemporânea, para intervir no processo de construção dos corpos e para, ainda, produzir desvios, atalhos inéditos, rumo a uma nova plataforma sexual e afetiva, que não seja nem masculina, nem feminina. “E quanto a mim: nem garota-testo nem tecnogaroto. Sou um ponto de inserção de $C_{19}H_{28}O_2$. Sou, ao mesmo tempo, um terminal de um dos aparatos de governabilidade neoliberal e um ponto de fuga pelo qual escapa o poder controlador do sistema” (Preciado, 2018, p. 151).

Nessa citação, fica evidente outro ponto fundamental do autoexperimento de Preciado: sem

3 Ser considerado como “passável” significa “passar por”, ser visto como pertencendo a uma certa categoria identitária (de raça, gênero, classe social, orientação sexual e assim por diante). No caso de uma pessoa trans, a passabilidade implica que aquela pessoa seja identificada socialmente como mulher, ou como homem.



o desejo de passar de um sexo a outro, ele desarticula a testosterona do projeto (controlado pelo Estado) de tornar-se um homem. O que se visa é a transgressão dos limites da diferença sexual: ou seja, a dissolução da identidade sexual e de gênero em uma multiplicidade de desejos, práticas, estéticas. É interessante que Preciado, ainda, afirma que não há uma direção predefinida para as transformações provocadas pela testosterona, mas que esse processo é um devir molecular e que seu corpo é uma multiplicidade de corpos. “Não quero o gênero feminino que me foi atribuído ao nascimento. Também não quero o gênero masculino que a medicina transexual me promete e que o Estado acabará me outorgando se eu me comportar de forma correta. Não quero nada disso” (Preciado, 2018, p. 149).

Não querer nada disso, nenhuma identidade de gênero ou sexualidade fixa, corresponde justamente a se desidentificar dos atributos normativos que lhe foram atribuídos. Em *Je suis un monstre qui vous parle*, Preciado (2020), mesmo agora se afirmando como homens trans e com passaporte contendo nome e sexo masculinos, ratifica a postura presente nos textos anteriores. Ele faz questão de explicar que sua transição de gênero não visa ocupar uma posição masculina naturalizada, mas é, pelo contrário, um pé que avança no vazio, em direção a um novo mundo. O objetivo de Preciado é escapar da servidão ao regime binário da diferença sexual, sair dessa jaula e inventar um outro lugar para si: é se descolonizar, se desidentificar, se desbinarizar.

Embora reconheça que o nome, a voz e a aparência masculinas lhe garantam algumas vantagens sociais – que ele aceita, de vez em quando, como “um copo d’água no deserto” –, Preciado escolhe não se instalar definitivamente no gênero masculino. A testosterona, como vimos, não se configura aí como um fim em si, mas como uma aliada no processo de descolonização do corpo e de criação de uma outra genealogia.

Tampouco a transição é entendida pelo autor como um processo definitivo e unidirecional (ele qualifica essa crença como “mentira normativa”, conforme vimos), inclusive porque isso implicaria uma perda de memória: Preciado afirma que não deixou de ser completamente Beatriz, para se tornar Paul. Suas lembranças, sua história dissidente e seu passado político fazem parte da sua subjetividade, sempre em transição. Ele entende seu corpo como uma somateca, um arquivo político vivo ou, ainda, uma cidade grega onde coexistem construções arquitetônicas de muitas épocas diferentes. Em *podcast* recente, Preciado (# 17 Paul [...], 2020) conta que o seu guarda-roupa abriga “estilos” diversos, que ele chama de suas “tecnologias de construção de gênero” ao longo da vida, que revelam as diferentes identificações (femininas, masculinas, lésbicas, trans e assim por diante) em diferentes períodos.

Para Preciado (2020), toda transição de gênero traz consigo o embrião de uma revolução,



um levante molecular, pois desafia o heteropatriarcado, a identidade e o nome. O filósofo, ainda, defende que romper com o regime da diferença sexual é ocasião para novas experimentações, percepções, maneiras de sentir e de amar, mesmo que essa ruptura implique entrar em um espaço subalterno. Ainda para o autor, a exclusão e a rejeição sofridas nesse espaço são menos dolorosas que a destruição da potência vital que seria efeito da aceitação da norma. A desidentificação com as posições subjetivas definidas pelo paradigma da diferença sexual conduziria, portanto, ao encontro, em si, de uma excitação, uma energia que abriria a mudanças. Seria o movimento contrário à simples submissão às normas, que aprisiona o sujeito na repetição.

Também a narrativa criada por Maia Kobabe (2023) em *Gênero queer: memórias* nos mostra a não binariedade como uma identificação pessoal interessante e pulsante, e como um modo potente de confrontar a deslegitimação de caminhos alternativos de se fazer o gênero. Maia conta que, na época da faculdade, a metáfora que considerava mais apropriada para sua identidade de gênero era a de uma balança, no sentido de que um peso enorme tinha sido posto em um dos lados (feminino) e ela se sentia tendo que equilibrar o peso do outro lado (masculino), ainda que o objeto final não fosse a masculinidade, mas um meio-termo. Alguns anos depois, ele passou a pensar no gênero menos como balança, e mais como paisagem: “Algumas pessoas nascem nas montanhas, outras nascem perto do mar. Algumas pessoas são felizes em morar onde nasceram, outras preferem viajar até encontrar um clima ideal para desabrochar e crescer. Entre o oceano e as montanhas existe uma floresta selvagem. E é justamente lá que eu quero fazer o meu lar” (Kobabe, 2023, p. 191). Em ambas as imagens, nota-se que, como nos relatos de Preciado, não se trata de passar de um polo ao outro do binarismo, mas de ocupar entrelugares, que contêm algo de imprevisível, a ser ainda explorado, como uma floresta selvagem.

Em *Deshacer el género*, Butler (2012) retoma dois paradoxos principais: o paradoxo de que não podemos existir sem as normas, mas tampouco podemos aceitá-las do jeito que são, bem como o paradoxo de que as condições para nos conformarmos às normas são as mesmas condições para resistirmos às próprias normas. As normas, ao mesmo tempo, produzem sofrimento e se configuram como espaço para politização. A filósofa também aposta no potencial subversivo dos corpos, que nunca citam ou imitam as normas de gênero de maneira igual ou constante, mas estão sempre no modo do devir, podendo, então, devir de outras formas: “o corpo é aquilo que pode ocupar a norma em uma miríade de formas, que pode exceder a norma, voltar a desenhar a norma e expor a possibilidade da transformação de realidades nas quais acreditávamos estar confinados” (Butler, 2012, p. 306-307, tradução nossa).

Nesse contexto, os corpos trans e não binários exemplificam justamente o potencial



subversivo de que fala Butler: ao desafiar os marcos binários da diferença sexual, denunciando as normas engessadas do que é feminino e do que é masculino, eles não só abrem, para si mesmos, a possibilidade de novos devires e trilhamentos subjetivos, como constatamos na leitura dos autores não binários expostos aqui, como também nos possibilitam, do ponto de vista social e político, imaginar um mundo onde qualquer sujeito, pessoa ou coletivo tenha assegurado o direito a uma vida habitável, que importe, sem a necessidade de autorização, nem de convenção prévias.

Referências

17 PAUL B. Preciado (1/2). Entrevistadora: Géraldine Sarratia. Entrevistado: Paul B. Preciado. Paris: Le Monde, 21 may 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://podcasts.lemonde.fr/en/le-gout-de-m/202005212201-17-paul-b-preciado-12>. Acesso em: 17 ago. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

AZEVEDO, D. Uma força social que não será contida: porque devemos ter (e apoiar) um letramento trans amplo no Brasil. *Suplemento Pernambuco*, Recife, n. 205, p. 12-15, 2023.

BAIRRO, J. do. A representatividade é uma faca de dois gumes. [Entrevista cedida a] Alex Fernandes e Chico Felitti. *Revista Gama*, São Paulo, 28 jun. 2020.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos, n. 328).

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, J. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2012.

DE LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

DELUCA, N.; PASSOS, Ú. Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2023.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 23.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

GÊNERO ‘não binarie’ é incluído em certidões de nascimento no Rio.



GI, Rio de Janeiro, 30 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/30/genero-nao-binario-e-incluido-em-certidoes-de-nascimento-no-rio.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2023.

JEHA, S. *Questão de gênero: a premiada ‘graphic novel’ que ajuda jovens trans e suas famílias a se entenderem — e despertou uma onda de censura nos EUA. Quatro cinco um*, São Paulo, 1 out. 2022. Disponível em: <https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/literatura-infantojuvenil/questao-de-genero>. Acesso em: 1 jun. 2023.

KOBABE, M. *Gênero queer: memórias*. São Paulo: Tinta da China, 2023.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PORCHAT, P. A transexualidade hoje: questões para pensar o corpo e o gênero na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 115-126, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v48n4/v48n4a11.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PRECIADO, P. B. *Je suis un monstre qui vous parle*. Paris: Grasset, 2020. *Epub*.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *International Classification of Diseases*. 11. ed. [S. l.]: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/en>. Acesso em: 17 ago. 2023.

XXY. Direção de Lucía Puenzo. Intérpretes: Inés Efron, Martín Piroyansky, Ricardo Darín *et al.* Roteiro: Lucia Puenzo, Sergio Bizzio. Argentina: IMOVISION, 2007. 1 vídeo (1 h 26 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/70098504>. Acesso em: 05 ago. 2023.

